



**Companhia de Saneamento
de Sergipe (DESO)**

CONCURSO PÚBLICO

**CADERNO DE
PROVAS**

NÍVEL SUPERIOR CARGO 1: ADVOGADO

MANHÃ

**Aplicação:
1.º/2/2004**



CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro Operacional para Provas Serias

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e cinquenta** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**, e a prova discursiva, acompanhada de duas páginas para rascunho.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – DESO, de 26/11/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **20/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I e no Diário Oficial do Estado de Sergipe, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2003 – DESO, de 26/11/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 14

Língua e sociedade

1 O caráter social de uma língua já parece ter sido
fartamente demonstrado. Entendida como sistema de signos
convencionais que faculta aos membros de uma comunidade
4 a possibilidade de comunicação, acredita-se, hoje, que seu
papel seja cada vez mais importante nas relações humanas,
razão pela qual seu estudo já envolve modernos processos
7 científicos de pesquisa, interligados às mais novas ciências e
técnicas, como, por exemplo, a própria Cibernética.

Entre sociedade e língua não há, de fato, uma relação
10 de mera casualidade. Desde que nascemos, um mundo de
signos lingüísticos nos cerca e suas inúmeras possibilidades
comunicativas começam a tornar-se reais, a partir do momento
13 em que, pela imitação e associação, começamos a formular
nossas mensagens. E toda a nossa vida em sociedade supõe um
problema de intercâmbio e comunicação que se realiza
16 fundamentalmente pela língua, o meio mais comum de que
dispomos para tal.

Sons, gestos, imagens, diversos e imprevistos, cercam
19 a vida do homem moderno, compondo mensagens de toda
ordem (Henri Lefèbvre diria poeticamente que “niágaras de
mensagens caem sobre pessoas mais ou menos interessadas e
22 contagiadas”), transmitidas pelos mais diferentes canais, como
a televisão, o cinema, a imprensa, o rádio, o telefone, o
telégrafo, os cartazes de propaganda, os desenhos, a música e
25 tantos outros. Em todos, a língua desempenha um papel
preponderante, seja em sua forma oral, seja através de seu
código substitutivo escrito. E, através dela, o contato com o
28 mundo que nos cerca é permanentemente atualizado.

Nas grandes civilizações, a língua é o suporte de uma
dinâmica social, que compreende não só as relações diárias
31 entre os membros da comunidade, como também uma
atividade intelectual, que vai desde o fluxo informativo dos
meios de comunicação de massa até a vida cultural, científica
34 ou literária.

Dino Preti. *In*: Ulisses Infante. Do texto ao texto: curso
prático de leitura e redação, 1996 (com adaptações).

A partir das idéias e das estruturas do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1 O autor, no primeiro parágrafo do texto, apresenta uma definição de língua, relacionando-a ao código empregado na maioria dos atos comunicativos interpessoais.
- 2 Pelo encadeamento das idéias, depreende-se que, quanto à tipologia, o texto é, predominantemente, dissertativo.
- 3 A relação entre sociedade e língua não é de mera casualidade, uma vez que foram detectadas, pela Cibernética, inúmeras possibilidades comunicativas sociais.
- 4 Segundo o texto, a aquisição da linguagem, a formulação de mensagens orais e a aprendizagem da língua escrita decorrem do intercâmbio social, pelos processos de imitação e associação.
- 5 No primeiro período do segundo parágrafo, o deslocamento da expressão “de fato” (l.9), para após a palavra “língua”, eliminando-se as vírgulas, não acarreta mudança de sentido da oração.
- 6 A supressão da preposição “em” (l.13) não acarreta mudança semântica nem alteração sintática ao período.
- 7 Na linha 11, o pronome “suas” tem como referentes os vocábulos “sociedade e língua” (l.9).
- 8 O sujeito sintático de “cercam a vida do homem moderno” (l.18-19) é composto por cinco substantivos coordenados entre si.
- 9 A expressão “e tantos outros” (l.24-25), empregada após a citação dos inúmeros canais pelos quais as mensagens circulam, pode ser suprimida ou substituída por *etc*.
- 10 O terceiro parágrafo do texto, redigido exclusivamente em terceira pessoa, enumera fatos e idéias, sem marcas de subjetividade do autor.

Julgue, nas passagens em negrito dos itens que se seguem, a manutenção do sentido do texto I e a correção gramatical.

- 11 Período entre as linhas 14 e 17: **E toda nossa vida em sociedade supõe problemas de intercâmbio e comunicação que se realizam fundamentalmente pela língua, o meio mais usual de que dispomos para isso.**
- 12 O trecho citado, de Henri Lefèbvre, deve ser entendido como **grande quantidade de mensagens afetam pessoas mais ou menos motivadas e cativadas.**
- 13 Por “seja em sua forma oral, seja através de seu código substitutivo escrito” (l.26-27) entenda-se: **ou em sua forma oral, ou por intermédio de seu substitutivo, o código verbal escrito.**

- 14 Último parágrafo do texto: **Em grandes civilizações, a língua é a sustentação de uma atividade social, a qual abrange não apenas as interações cotidianas dos membros da comunidade, mas também a dinâmica intelectual, que compreende tanto as informações da mídia quanto a vida cultural, científica e literária.**

Texto II – itens de 15 a 20

As tecnologias contemporâneas ... (1) ... o seu investimento maior no alto grau de informação agregada ao produto. São tecnologias que ... (2) ... o conhecimento. Trata-se, mesmo, de um processo global: hoje é ... (3) ... que o operário seja capaz de compreender o que faz e, assim, possa contribuir para o ... (4) ... do processo e do produto.

Esta ... (5) ... não existe apenas na produção. Do outro lado da linha, o do consumidor — coletivamente caracterizado como mercado — mas que ... (6) ... identificar como cidadão —, também há um novo tipo de ... (7) A produção, todos os dias mais ... (8) ..., exige um indivíduo mais educado, mais preparado para o consumo de inovação, quer do ponto de vista da ... (9) ..., quer do ponto de vista econômico. Fecha-se, assim, o círculo que abriga, em seu interior, todos esses conceitos de qualidade, produtividade, ciência, tecnologia e modernidade.

O único fio capaz de costurar este círculo é o da educação. O operário qualificado para a nova tarefa industrial, o especialista de nível superior capaz de inovar e desenvolver tecnologia e o cidadão/consumidor habilitado intelectual e economicamente ao consumo só surgirão no Brasil (ou em qualquer outro país nas mesmas condições) após um longo período de maciços e permanentes investimentos em educação.

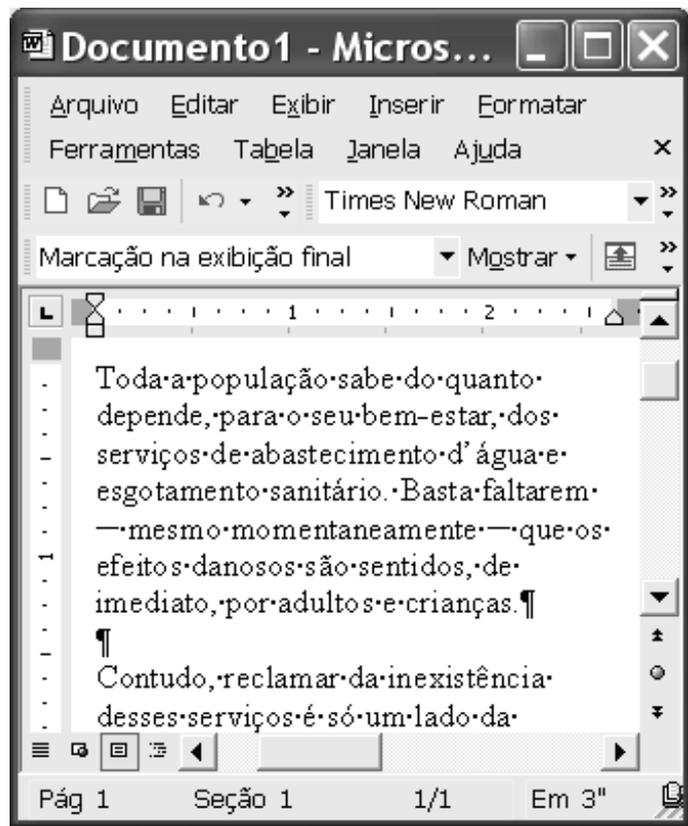
Vanessa Guimarães Pinto. *Superinteressante*, dez./1991 (com adaptações).

Considerando o sentido, a grafia e a morfossintaxe, julgue os itens seguintes, conforme tenham condições de preencher as respectivas lacunas numeradas do texto II.

- 15 (1) contém – (2) privilegiam – (3) necessário
16 (4) aperfeiçoamento – (5) ênfase – (6) prefere-se
17 (7) exigência – (8) sofisticada – (9) assimilação

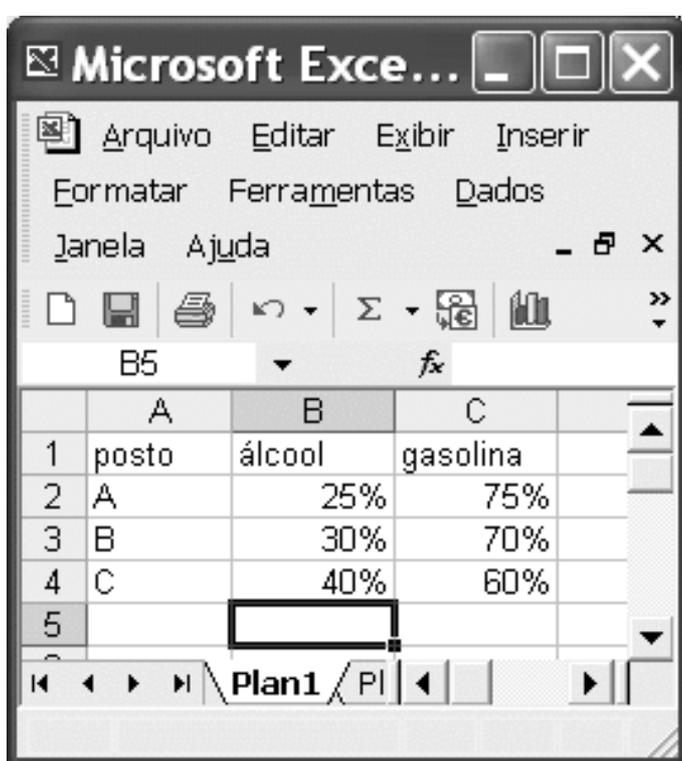
Considerando o último parágrafo do texto II, julgue a correção gráfica e a pontuação das reescrituras presentes nos itens a seguir.

- 18 É a educação não só do consumidor, mas também do operário qualificado e do especialista, o único meio capaz de melhorar qualitativamente o círculo das técnicas de produção e do consumo do produto.
19 Tanto o operário qualificado, para a nova tarefa industrial, quanto o especialista, de nível superior, capaz de inovar e desenvolver tecnologia, quanto o cidadão comum, têm de estarem aptos econômica e intelectualmente ao consumo.
20 Só pela educação, surgirão no Brasil — ou em qualquer outro País nas mesmas condições — após um longo período de maciços e permanentes investimentos, cidadãos habilitados intelectual e economicamente ao consumo.



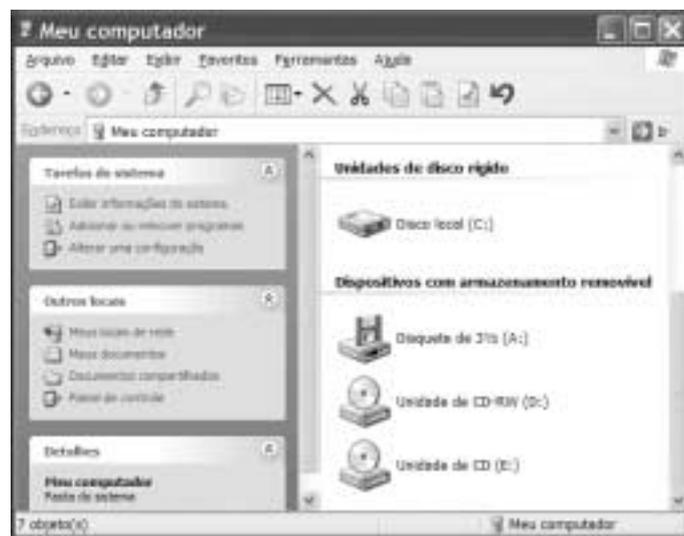
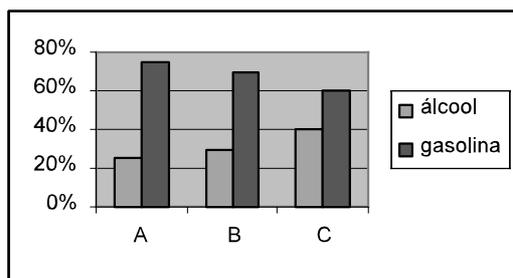
A figura acima ilustra uma janela do Word 2002 contendo parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.deso.se.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2002.

- 21 Uma das opções disponibilizadas no menu **Inserir** permite executar o Assistente de carta do Word 2002, que auxilia um usuário na criação de cartas, envelopes e etiquetas.
22 Por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**, é possível proteger um documento Word 2002 contra alterações, exceto contra alterações controladas e desde que o documento já não esteja protegido.
23 Por meio de recursos acessíveis a partir de opção encontrada no menu **Formatar**, é possível alterar de minúsculas para maiúsculas todas as letras do trecho entre travessões mostrado na figura.
24 No Word 2002, a navegação em documentos longos é facilitada pelo uso do botão . Um clique nesse botão remete o ponto de inserção para o início da página imediatamente anterior à página na qual ele está localizado, caso aquela página exista.



A figura acima ilustra uma janela do Excel 2002 com uma planilha contendo o percentual de álcool e de gasolina no combustível vendido em três postos de abastecimento de combustíveis. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Excel 2002.

- 25 Sabendo que as células C2, C3 e C4 estão formatadas para porcentagem sem casas decimais, a utilização do botão  para a adição dos conteúdos dessas células resultará em erro.
- 26 O gráfico mostrado a seguir pode ser obtido a partir das informações constantes na planilha acima mostrada e por meio dos recursos disponibilizados pelo Excel 2002 ao se clicar o botão .



A figura acima ilustra uma janela do Windows XP executada em um computador do tipo PC. Com base nessa janela, julgue os itens a seguir, relativos ao Windows XP e seus aplicativos.

- 27 Sabendo que o computador no qual a janela acima está sendo executada dispõe de conexão à Internet por meio de uma rede ADSL e possui como *browser* o Internet Explorer 6, ao se clicar o *hyperlink* , será iniciado um processo de acesso à Internet em banda larga, obtendo-se, como resultado dessa operação, uma janela do Internet Explorer 6, na qual poderá ser visualizada a página inicial desse aplicativo.
- 28 O computador no qual a janela mostrada está sendo executada dispõe de um dispositivo de *hardware* capaz de gravar informações em mídia do tipo *compact disc*.
- 29 Ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre o ícone , será disponibilizado um *menu*, no qual existe a opção Propriedades que, caso seja clicada, permite obter informações acerca da capacidade de armazenamento do disco rígido relacionado ao referido ícone.
- 30 Caso o computador considerado pertença a uma LAN (*local area network*), ao se clicar o ícone  e, em seguida, clicar o *hyperlink* , todas as pastas e todos os arquivos armazenados no disco rígido associado ao referido ícone serão compartilhados com os outros computadores pertencentes à rede local.

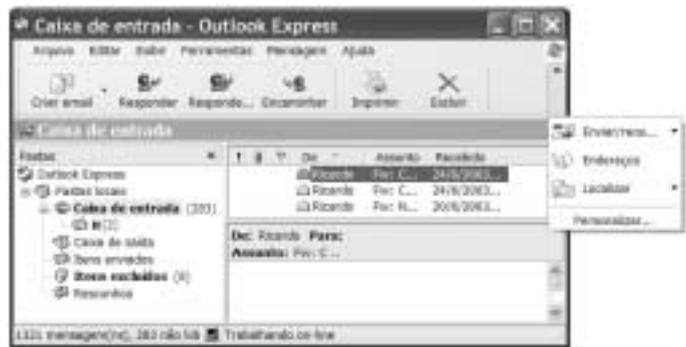


Com relação à Internet e ao Internet Explorer 6, julgue os itens subsequentes, tendo como base a janela do Internet Explorer 6 ilustrada acima, que mostra uma página Web obtida a partir do sítio da DESO — <http://www.deso.se.gov.br>.

- 31 Sabendo-se que o objeto ilustrado na página Web mostrada é uma figura, ao se clicar com o botão direito do *mouse* sobre esse objeto, será disponibilizado recurso que permitirá salvar o referido objeto como figura no computador no qual o Internet Explorer 6 está sendo executado.
- 32 Sabendo que o corpo da mensagem de *e-mail* contida na janela da figura abaixo corresponde ao conteúdo da página Web ilustrada na janela do Internet Explorer 6, é correto afirmar que a janela ilustrada abaixo pode ter sido obtida simplesmente ao se clicar o ícone .



- 33 Ao clicar o botão , será iniciado um processo de carregamento da página inicial do Internet Explorer 6.



Com relação ao Outlook Express 6, julgue os itens seguintes, tendo como base a janela desse *software* ilustrada na figura acima.

- 34 Existem 1.321 mensagens armazenadas na pasta relacionada ao ícone , das quais 283 ainda não foram consideradas como lidas pelo Outlook Express 6.
- 35 Ao se clicar , a mensagem selecionada na janela será enviada para a pasta associada ao ícone .

Ninguém tasca: a China é a grande estrela da economia global no momento (e, talvez, pelos próximos muitos anos). É o que ficou evidente, se ainda fosse necessário, em Davos, no encontro anual 2004 do Fórum Econômico Mundial. Em tese, não deveria ser assim. A China é uma ditadura, e a teoria liberal diz que a liberdade não pode nem deve ser apenas econômica mas também política. Aliás, nem mesmo a liberdade econômica é total. Donald Evans, secretário norte-americano do Comércio, citou de passagem o fato de que os juros chineses não são fixados pelas regras de mercado, mas “pelo governo”. Mas a China tem liberdade plena para piratear, o que deveria ser pecado. Algum tipo de punição à vista? Nem pensar. Afirma Victor Chu, presidente de um grupo financeiro de Hong Kong que há anos faz bons negócios da China: “É preciso ter bons amigos para ajudar a utilizar o dinheiro”. Preciso explicar a frase eufemística?

Clóvis Rossi. *O capitalismo é assim*. In: Folha de S. Paulo, 23/1/2004, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima por referência inicial e considerando aspectos significativos da economia mundial contemporânea, julgue os itens subsequentes.

- 36 A partir das últimas décadas do século XX, a China coloca em prática um vigoroso processo de modernização de sua economia, alcançando expressivas taxas anuais de crescimento e ampliando consideravelmente sua participação no comércio mundial.
- 37 Citado no texto, o Fórum Econômico Mundial consiste no encontro anual de personalidades que, vindas de vários países, criticam os descaminhos da economia contemporânea, movidas pelo sentimento de que “uma outra globalização é possível”.
- 38 Irônico, o texto critica a complacência de capitalistas ao modo pelo qual opera na atualidade a economia chinesa, lembrando que sua prática se opõe ao discurso liberal que sustenta ideologicamente a globalização.

- 39 Ao recusar-se a fazer parte da Organização Mundial do Comércio (OMC), a China deixou claro que prefere não se submeter às regras a que todos os países estão sujeitos no comércio internacional, provavelmente para ter liberdade para piratear os mais diversos produtos.
- 40 Para abrir sua economia, a China viu-se obrigada a liberalizar seu regime político, praticamente eliminando a participação do Partido Comunista dos cargos públicos mais proeminentes.
- 41 A prática da moderna pirataria, tal como citada no texto, atinge uma série bastante extensa de produtos, como é o caso do setor eletrônico, a exemplo de DVDs e CDs.
- 42 O texto explicita a inexistência de corrupção nos negócios implementados pela China, o que pode ser explicado pela enérgica ação do poderoso Estado chinês.
- 43 A economia global dos dias de hoje é caracterizada, entre outros aspectos, pelos pesados investimentos em ciência e tecnologia, os quais possibilitam a ampliação da produção e as incessantes inovações no sistema produtivo.
- 44 Capitais especulativos normalmente procuram mercados financeiros atrativos, isto é, aqueles que oferecem as melhores taxas de remuneração para o dinheiro investido e, quase sempre, suas aplicações são de longo prazo, independentemente de eventuais situações de risco.
- 45 Pelo que informa o texto, há semelhança entre China e Brasil na forma utilizada para a fixação da taxa básica de juros.
- 46 Ao pagar aos seus trabalhadores os mais altos salários do mundo, a China ganha em produtividade e passa a ter melhores condições de colocar seus produtos no mercado internacional.
- 47 A acirrada competição é uma das mais marcantes características do mercado globalizado dos dias atuais.
- 48 A formação de blocos econômicos regionais, a exemplo do MERCOSUL e da União Européia, busca ser alternativa adequada a economias de uma mesma região para enfrentar, em melhores condições, a disputa por mercados em uma economia cada vez mais mundializada.
- 49 O fracasso do MERCOSUL, que sequer conseguiu constituir-se em união aduaneira, deve-se, segundo os analistas, às históricas e não-superadas divergências entre Brasil e Argentina.
- 50 A União Européia é, na atualidade, o exemplo mais completo de associação de países, sendo resultado de longo processo histórico nascido nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Para que o estado de Sergipe institua validamente uma sociedade de economia mista, é necessário que

- 51 seja editada lei estadual específica, autorizando a instituição da referida sociedade.
- 52 a sociedade instituída assuma a forma de sociedade anônima ou de sociedade unipessoal.
- 53 seja vedado à referida sociedade a exploração de atividade econômica de produção ou comercialização de bens, pois a atual Constituição da República permite apenas a criação de sociedades de economia mista voltadas à prestação de serviços de utilidade pública.

Considerando a Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) uma sociedade de economia mista que integra a administração indireta de Sergipe, julgue os itens a seguir.

- 54 A DESO, por pertencer à administração indireta, tem personalidade jurídica de direito público.
- 55 Seria inconstitucional uma lei do estado de Sergipe que eximisse a DESO do dever de realizar concursos públicos.
- 56 Apesar de seus bens serem penhoráveis, a DESO não é sujeita a falência.
- 57 O estado de Sergipe responde, subsidiariamente, pelas dívidas da DESO.

Considerando a DESO uma sociedade de economia mista concessionária de serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 58 A DESO responde, independentemente de culpa, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- 59 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empregado da DESO, no exercício de suas funções típicas, causou dolosamente prejuízos a um determinado usuário dos serviços prestados.

Nessa situação, a comprovação do dolo do empregado afastaria a responsabilidade civil da DESO pela reparação dos prejuízos.

- 60 Considere a seguinte situação hipotética.

Gustavo sofreu dano resultante de culpa concorrente dele próprio e também de um empregado da DESO que estava em serviço.

Nessa situação, a DESO não tem dever de pagar a Gustavo qualquer indenização, pois a existência de culpa da vítima elide a responsabilidade civil.

Acerca do direito administrativo, julgue os seguintes itens.

- 61** Configura exercício de poder hierárquico o ato pelo qual a administração pública pune um servidor pela prática de infração administrativa.
- 62** A revogação de um ato administrativo configura exercício de poder discricionário.
- 63** A anulação de um ato normativo tem efeitos *ex tunc*.
- 64** Não é nulo, mas apenas anulável, o ato administrativo praticado com desvio de finalidade.
- 65** Na licitação pela modalidade tomada de preços, somente podem participar concorrentes cadastrados antes da publicação do edital de licitação.
- 66** É vedada a realização de licitação de tipo técnica e preço para o fornecimento de bens que não envolvam tecnologia sofisticada.

Julgue os itens a seguir, relativos à desapropriação.

- 67** O subsolo não é passível de desapropriação.
- 68** É vedado que o município de Aracaju – SE desaproprie bens do estado de Sergipe localizados no território municipal.
- 69** O ato que determina a desapropriação configura exercício de poder de polícia.
- 70** A desapropriação é um ato personalíssimo das pessoas jurídicas de direito público e, portanto, seria nula uma cláusula de contrato de concessão de serviço público que atribuisse à empresa concessionária competência para promover desapropriações de bens declarados de utilidade pública pelo poder concedente.

Com relação ao direito do consumidor, julgue os itens que se seguem.

- 71** Em contrato que estabelece relação de consumo, é lícito inserir disposição contratual que atribua exclusivamente ao fabricante do bem a responsabilidade por vício do produto fornecido, eximindo dessa responsabilidade o vendedor.
- 72** Nos contratos de adesão que estabelecem relação de consumo, é vedada a inserção de cláusula arbitral.
- 73** Com relação a serviços prestados, o direito do consumidor de reclamar pelos vícios ocultos é submetido a prazo decadencial cujo termo inicial é o momento em que fica evidenciado o defeito, e não o momento em que o serviço é prestado.
- 74** O Ministério Público não é parte legítima para defender em juízo direitos individuais homogêneos decorrentes de relações de consumo.

Considerando a DESO como uma sociedade de economia mista concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, julgue os itens a seguir, acerca do direito do consumidor.

- 75** A DESO responde objetivamente pela reparação de danos que os consumidores sofram em virtude do oferecimento de informações inadequadas sobre a fruição do serviço prestado.
- 76** A comprovação judicial da inexistência de culpa afastaria a responsabilidade da DESO relativa a vícios de qualidade dos serviços prestados a consumidores.
- 77** Considere a seguinte situação hipotética.

A DESO instalou, em um determinado bairro de Aracaju-SE hidrômetros defeituosos, que registravam um consumo 3% mais alto que o real.

Nessa situação, os consumidores lesados teriam direito a ingressar coletivamente em juízo, por tratar-se da defesa de direitos individuais homogêneos.

- 78** Se a DESO culposamente cobrar quantias indevidas de consumidores dos serviços por ela prestados, eles terão direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagaram em excesso.
- 79** Devido à existência de responsabilidade solidária, se a DESO for judicialmente condenada a indenizar consumidores em virtude de dano causado por defeito de produto utilizado na prestação de serviço de coleta de esgoto, ela não terá direito de regresso contra o fabricante do produto.
- 80** Constituiria crime contra as relações de consumo o fato de a DESO dificultar a um consumidor o acesso às informações referentes a ele, constantes em seus cadastros.

Considerando o procedimento observado nas ações trabalhistas, julgue os itens a seguir.

- 81** Em determinada reclamatória trabalhista, compareceu à audiência apenas o advogado da empresa, munido de procuração, defesa escrita e documentos. Apesar disso, o juiz decretou a revelia e conseqüente confissão ficta. Interposto o recurso cabível, o tribunal deverá confirmar a sentença, pois a presença das partes à audiência é obrigatória.

82 Considerando a simplicidade da disputa trabalhista em que estava envolvido, que dizia respeito à anulação de suspensão de vinte dias que lhe fora aplicada, Carlos resolveu postular diretamente ao juiz do trabalho, sem o auxílio de um advogado. Exercia a função de supervisor administrativo em um grande banco, auferindo salário equivalente a R\$ 9.000,00. Nesse caso, considerando que o valor da causa suplantava o limite de vinte salários mínimos, o patrocínio de advogado se mostrava imprescindível, cabendo ao juiz do trabalho indeferir liminarmente a inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito.

83 João cobrou em juízo as horas extras de que se julgava credor, além de seus reflexos, atribuindo à causa o valor total de R\$ 5.500,00. Considerando que a empresa demandada havia mudado de endereço, requereu que a citação se processasse por edital. Entretanto, ao comparecer à secretaria da vara competente, seu advogado foi surpreendido com o indeferimento liminar da petição inicial da ação, além da condenação ao pagamento das custas processuais. Diante dos dados apresentados e das regras legais aplicáveis, foi correta a sentença terminativa proferida.

84 Descumprida a cláusula de reajuste salarial prevista em acordo coletivo firmado entre a empresa de transportes interestaduais e o sindicato da categoria profissional, Paulo e outros dois colegas ajuizaram ação trabalhista para auferir o benefício normativo. Na data da audiência, realizavam viagem a serviço para outra unidade da federação, pelo que solicitaram ao sindicato que enviasse um representante àquele ato processual. Nesse caso, comprovado o motivo justificador da ausência, a representação processual pelo sindicato deve ser admitida pelo magistrado, sob pena de incidir em erro de procedimento.

Considerando a sistemática legal que disciplina a produção de provas no processo do trabalho, julgue os itens que se seguem.

85 Ao produzir sua defesa em ação trabalhista, a empresa Mercado de Ações Ltda. justificou o não-pagamento das verbas rescisórias pretendidas, em razão da justa causa aplicada ao reclamante. Na audiência realizada, verificou-se que o preposto desconhecia o motivo da rescisão contratual, já que trabalhava em setor diverso, não acompanhando as atividades desenvolvidas pelo reclamante. Diante dessa situação, deve o magistrado deferir a oitiva de testemunhas que possam ajudar no esclarecimento do fato controvertido, apresentadas pela reclamada, sob pena de nulidade do processo por cerceio ao direito à regular dilação probatória.

86 Trabalhando em um supermercado, Jonas dispunha de duas folgas semanais, cumprindo oito horas em um dia e nove horas nos quatro dias remanescentes da semana. Propôs reclamação para receber uma hora extra diária, nos quatro dias em que laborava além de oito horas. Em sua defesa, a ex-empregadora esclareceu que a jornada cumprida obedecia a regime de prorrogação e compensação previsto em acordo coletivo de trabalho. Nesse caso, o ônus da prova pertencerá à empresa, ante a natureza modificativa do fato por ela alegado.

87 As testemunhas verbalmente convidadas por Paulo não compareceram à audiência realizada na ação trabalhista por ele proposta em face de seu antigo empregador. O requerimento de adiamento daquele ato processual foi indeferido pelo magistrado, sob protestos, tendo em vista que não houve prova — mas apenas alegação — dos convites dirigidos às testemunhas. Considerando que o valor da causa foi fixado em R\$ 10.000,00, sem qualquer impugnação, foi correta a decisão judicial interlocutória proferida.

88 Ao decidir pelo fracionamento da audiência, em razão da complexidade das questões fáticas discutidas e do volume de documentos apresentados pela defesa, o magistrado designou data para prosseguimento, para a qual as partes foram devidamente intimadas, encerrando-se aquele ato sem qualquer outro registro adicional. No dia fixado, entretanto, apenas o reclamante compareceu. Nesse caso, se for a empresa declarada confessa quanto aos fatos, haverá nítido erro de julgamento, retificável em grau de recurso ordinário.

Acerca dos recursos no processo do trabalho, julgue os seguintes itens.

89 Contra a decisão judicial que indefere requerimento de realização de perícia técnica, proferida em audiência, admite-se a apresentação de protestos imediatos ou a interposição de agravo retido, em cinco dias.

90 No tribunal regional, o relator de um recurso ordinário profere decisão monocrática, negando seguimento ao recurso, em razão de sua manifesta intempestividade. Contra essa decisão, admite-se a interposição de agravo de instrumento, em oito dias, dirigido ao órgão competente para o julgamento do recurso denegado.

91 Havendo divergência entre duas turmas de um mesmo tribunal regional acerca da mesma questão jurídica, caberá ao Tribunal Superior do Trabalho uniformizar a divergência, mediante recurso de revista, cabível no prazo de oito dias.

92 Recebendo os autos da contadoria, pode o magistrado proferir a sentença de liquidação, contra a qual não se admite a interposição de qualquer recurso.

93 A decisão judicial que rejeita bem indicado à penhora pelo devedor, porque não obedecida a gradação legal, autoriza a interposição de agravo de petição, em oito dias.

Considerando as regras informativas do processo de execução trabalhista, julgue os itens seguintes.

94 Citado o executado para garantir a execução ou indicar bens à penhora, abre-se a oportunidade para a apresentação de embargos, no prazo de cinco dias.

95 Quando a discussão sobre os cálculos tiver sido franqueada às partes em momento anterior ao da prolação da sentença de liquidação, a impugnação oferecida pelo exequente apenas será apreciada se a matéria contábil nela deduzida houver sido prévia e oportunamente submetida ao órgão judicial, pois, do contrário, haverá inequívoca preclusão.

A respeito das relações de trabalho e de emprego, julgue os itens subseqüentes.

96 O vínculo mantido entre o advogado e a pessoa jurídica que o contrata para a defesa de seus interesses, em uma única ação trabalhista, mediante valor certo e específico, pago no ato da contratação, configura relação de emprego, ainda que diversos advogados possam atuar no mesmo processo em nome do advogado contratado.

97 O contador que, embora mantendo diversos clientes, presta serviços com pessoalidade e subordinação na sede de uma empresa, durante três horas diárias, de segunda a sexta-feira, mediante pagamento mensal fixo, é titular de relação de emprego, ainda que sua atividade seja exercida, usualmente, com liberdade e autonomia.

A propósito dos sujeitos da relação de emprego, julgue os itens a seguir.

98 Considera-se empregado o trabalhador portuário avulso que presta serviços com a intermediação de seu sindicato profissional, ainda que não tenha assinada a sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS).

99 Qualifica-se como empregadora a sociedade cooperativa de mão-de-obra cujos associados atuam com pessoalidade, onerosidade, habitualidade e subordinação jurídica, salvo se atendidos todos os requisitos formais previstos em lei para a constituição e filiação do referido ente cooperado.

Com base nos institutos da solidariedade e sucessão de empresas, julgue os seguintes itens.

100 Como manifestação do caráter protetor que justifica a legislação do trabalho, as empresas com sócios comuns, ainda que parcialmente, são solidariamente responsáveis pelos débitos trabalhistas de qualquer delas, por aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica.

101 Não há sucessão para fins trabalhistas quando parte do maquinário utilizado por determinada empresa é alienado para outra empresa congênere, com a transferência dos empregados responsáveis pela operação respectiva, sem que haja solução de continuidade nas atividades desenvolvidas pela empresa alienante.

A propósito do contrato de trabalho, julgue os itens que se seguem.

102 Mesmo na ausência de autorização de seus representantes legais, o menor de dezesseis anos de idade pode celebrar, validamente, contrato de trabalho, ainda que não seja devidamente formalizado em sua CTPS.

103 O contrato de trabalho firmado entre um trabalhador e determinada sociedade de economia mista, resultante do descumprimento da exigência constitucional da prévia aprovação em concurso público, é nulo de pleno direito. Ao trabalhador contratado nessa condição, entretanto, assiste direito à percepção de todas as verbas próprias da relação de emprego válida, a título de indenização, como forma de evitar o enriquecimento indevido da pessoa jurídica contratante.

104 O contrato de trabalho estabelece obrigações personalíssimas, contrárias e equivalentes aos sujeitos pactuantes, pelo que a substituição de qualquer de seus titulares conduz à sua automática resolução, com as conseqüências patrimoniais devidas em favor da parte inocente.

105 Os contratos por prazo determinado, quando decorrentes de convenção coletiva que objetive ampliar o número de empregados das empresas por ele alcançadas, poderão ser celebrados por até dois anos, admitindo-se sucessivas prorrogações nesse período, sem que sejam convolados em contratos por prazo indeterminado.

Considerando o poder hierárquico do empregador, julgue os itens seguintes.

106 Detendo o direito potestativo de rescindir os contratos de trabalho sem justificativa, pode o empregador, em defesa dos interesses empresariais, impor a seus empregados sanções proporcionais às infrações contratuais cometidas por eles, observando, contudo, quanto às suspensões, o limite máximo de trinta dias.

107 Embora o contrato de trabalho não possa ser alterado sem a concordância do trabalhador e em seu prejuízo, nenhuma ilegalidade há quando o empregador destitui o empregado do posto de confiança ou quando o transfere para outra filial da empresa, sediada na mesma cidade.

Considerando as regras legais com relação a remuneração e salário, julgue os itens subseqüentes.

108 As gorjetas recebidas dos clientes, porque diretamente resultantes da prestação de serviços do garçom, possuem natureza salarial, compondo o salário do empregado para todos os efeitos legais.

109 As comissões auferidas pelo empregado de empresa de consórcio apenas integrarão o salário se habitualmente percebidas ou se o valor a elas correspondente suplantar o limite de cinquenta por cento do salário fixo ajustado com a empresa empregadora.

110 Os benefícios concedidos pelo empregador no próprio local de trabalho, a título de assistência médica e odontológica, não são computáveis ao salário, ainda que espontaneamente concedidos.

Com relação a jornada de trabalho, julgue os seguintes itens.

111 Salvo quando contratado em regime de dedicação exclusiva ou mediante previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, o advogado admitido como empregado cumpre jornada de cinco horas diárias ou vinte e cinco semanais.

112 O empregado contratado em regime de tempo parcial tem jornada limitada a vinte e cinco horas semanais, vedada a possibilidade de execução de horas extras.

113 A jornada de seis horas para o trabalho executado em turnos ininterruptos de revezamento independe de previsão em acordo ou convenção coletivos de trabalho ou mesmo da concessão de intervalo para refeição e descanso, mas apenas da forma como foi organizada a atividade empresarial a que está vinculado o trabalhador.

A propósito da rescisão dos contratos de trabalho, julgue os itens a seguir.

114 Quando estava no sétimo mês de regular gravidez, determinada empregada recebeu de seu sindicato profissional a informação de que poderia optar entre a preservação do emprego e a indenização pela estabilidade alcançada, não mais estando obrigada, nessa segunda hipótese, a prestar os serviços para os quais fora contratada. Ao comunicar esse fato ao empregador, foi advertida de que o afastamento do emprego não seria tolerado. Caso a polêmica seja levada à justiça do trabalho, terá ganho de causa a trabalhadora, pois a estabilidade encerra proteção especial ao nascituro.

115 Logo após receber o resultado das eleições sindicais, nas quais foi eleito para um dos postos de direção da entidade à qual estava vinculado, João desferiu sérias ofensas morais contra seu superior hierárquico, tachando-o de “pederasta e incompetente”, na presença de diversos outros empregados. Nessa situação, apenas poderá ser dispensado por justa causa mediante declaração judicial proferida em inquérito, no qual lhe seja assegurado amplo direito de defesa.

Com relação aos contratos, julgue os itens a seguir.

116 O inadimplemento de uma obrigação pelo devedor é causa de resolução do contrato, podendo a parte prejudicada pleitear, além da resolução do contrato, indenização pelos prejuízos, que abrangem o dano emergente e o lucro cessante.

117 Devido a acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, no contrato de execução continuada, o contratante que estiver na iminência de tornar-se inadimplente pela dificuldade em cumprir com a obrigação assumida poderá pleitear judicialmente a resolução do contrato por onerosidade excessiva ou pedir o reajuste das prestações em bases razoáveis.

118 A teoria da responsabilidade pelos vícios redibitórios se aplica somente aos contratos de compra e venda.

Em relação ao direito das obrigações, julgue os itens a seguir.

119 A obrigação alternativa é dotada de prestações múltiplas, uniformes ou não, em que o obrigado se libera prestando todas elas.

120 Nas obrigações de dar coisa incerta, se ocorrer a perda ou deterioração da coisa antes que se dê a escolha, não pode o devedor pretender exonerar-se da obrigação, salvo se a perda ou deterioração dever-se a caso fortuito ou força maior.

121 Se o credor renunciar ou exonerar da solidariedade todos os credores, extingui-se a obrigação.

Julgue os itens subseqüentes.

122 Contrato de mútuo no qual uma parte assumo o pagamento excessivo de juros, por estar desempregado e com família ao desabrigo, constitui hipótese de contrato eivado de nulidade absoluta, por vício de lesão, pois o devedor assumiu obrigação excessiva, sob premente necessidade.

123 Caso o devedor já insolvente conceda a remissão de dívida, poderão os credores com garantia real pleitear a ineficácia do perdão dado em prejuízo deles.

124 O direito de retenção consiste na faculdade de o possuidor manter o poder fático sobre a coisa alheia, objetivando receber do retomante a indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis nela realizadas de boa-fé.

125 A propriedade do fiduciário é resolúvel. No entanto, durante a vigência do contrato, o bem não pode ser penhorado ou dado em garantia de dívida do fiduciário, por se tratar de patrimônio de afetação.

126 O termo de renegociação de dívida constituído em razão de outro contrato não é título executivo líquido e certo hábil a autorizar a cobrança por meio de ação executiva.

127 Os juros remuneratórios e a comissão de permanência, após o vencimento da obrigação, são encargos legais, não podendo, entretanto, ser cobrados no mesmo período de inadimplência, de forma cumulada.

Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos, julgue os itens seguintes.

128 Se o devedor aliena o seu patrimônio em reconhecida fraude contra credores, este ato de alienação leva à anulação do ato por vício social.

129 Considere a seguinte situação hipotética.

Proprietária de um imóvel, Maria, pessoa simples e analfabeta, que sabe apenas desenhar o próprio nome, assinou papéis que lhe foram apresentados pelo réu, comerciante experiente, pensando que estava alugando o imóvel, quando, na verdade assinara cessão de direitos.

Nessa situação, ocorreu erro substancial, apto a ensejar a anulação do negócio.

A respeito dos contratos em espécie, julgue os itens que se seguem.

130 A doação a descendente, naquilo que ultrapassa a parte de que poderia o doador dispor em testamento, no momento da liberalidade, é qualificada de inoficiosa e, portanto, nula.

131 No contrato de empreitada global a preço fixo, não poderá o empreiteiro exigir alteração do valor do preço pelo serviço extraordinário executado às claras, inclusive sob a supervisão do dono da obra.

132 Se vencido o contrato principal e não tendo sido esse formalmente prorrogado, com sua expressa anuência, acha-se o fiador isento de suas obrigações, exceto se cláusula contratual em sede de locação residencial estabelecer a responsabilidade do fiador pelos alugueres inadimplidos pelo afiançado até a entrega efetiva e real das chaves ou mesmo até a desocupação do imóvel.

No que se refere à competência, julgue os itens seguintes.

133 Se o juiz a quem for distribuída a petição inicial entende-se ser absolutamente incompetente em razão da matéria para processar o feito, deverá, antes de despachar a inicial para determinar a citação do réu, suscitar o conflito negativo de competência perante o tribunal de justiça.

134 O tribunal de justiça é competente para processar e julgar originariamente ação rescisória de sentença proferida por juiz de primeiro grau, contra a qual não se interpôs recurso, e também para processar e julgar decisão irrecorrida proferida pelo próprio tribunal.

135 Qualquer ação proposta contra a União poderá tramitar na justiça estadual se o foro onde a ação foi ajuizada não for sede de justiça federal. Nessa hipótese, entretanto, os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelo juiz de direito serão julgados pelo tribunal regional federal e não pelo tribunal de justiça.

Joaquim adquiriu de Pedro, em 1990, um imóvel que era ocupado por Maria. Diante da recusa de Maria em desocupar o imóvel, Joaquim propôs contra ela, em 1991, ação reivindicatória, havendo a ré contestado a ação, alegando que havia coabitado com Pedro, em união estável, durante 4 anos, tendo o direito à propriedade de metade do imóvel.

Diante da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- 136** O foro competente para a ação, no caso, é determinado pela situação da coisa e não pela regra geral do local do domicílio do réu.
- 137** Joaquim, buscando precaver-se dos riscos da evicção, poderá, ao propor a ação, denunciar Pedro à lide para que este lhe indenize de eventuais danos com a perda da demanda.
- 138** Joaquim é carecedor da ação por falta de adequação do pedido, pois não tem interesse em propor a reivindicatória, já que está discutindo tão-somente a posse, e não a propriedade do imóvel.
- 139** A ação deve ser proposta em litisconsórcio necessário contra Maria e Pedro, responsáveis solidários pelos danos que vierem a ser sofridos por Joaquim, que está sendo privado da posse do imóvel.
- 140** A sentença que porventura julgasse o autor parte ilegítima para propor ação reivindicatória extinguiria o processo sem julgamento de mérito.

Em relação aos sujeitos do processo e à legitimidade para ser parte, julgue os itens subseqüentes.

- 141** Tratando-se de ação civil pública, em que a coisa julgada é oponível *erga omnes*, somente se admite que o Ministério Público proponha a ação em litisconsórcio necessário ativo com os demais co-legitimados para a causa.
- 142** Constitui hipótese de litisconsórcio facultativo simples a propositura de ação de cobrança por dois credores de diferentes títulos contra o devedor comum.
- 143** O mandado de segurança, por ser garantia constitucional do cidadão, não pode ser impetrado por pessoa jurídica de direito público.

Em relação ao procedimento e aos prazos, julgue os seguintes itens.

- 144** É vedado ao juiz conceder tutela antecipada no momento em que profere sentença, seja em julgamento antecipado da lide, seja após regular instrução do feito, porque, na sentença, o juiz já estará entregando a totalidade da prestação jurisdicional.
- 145** Os feriados contínuos, como a quinta-feira e a sexta-feira da Paixão, não são considerados férias e, portanto, não suspendem os prazos processuais em andamento.

Acerca dos recursos, julgue os itens a seguir.

- 146** Interposto recurso, pode o relator monocraticamente apreciar o mérito deste em caso de manifesta improcedência.
- 147** Se o autor houver formulado pedidos em cumulação sucessiva, demonstrando satisfazer-se com a procedência de qualquer um deles e o juiz conceder o segundo deles, não há interesse em recorrer para que o pedido principal seja concedido pelo tribunal pois a cumulação, não sendo obrigatória, decorre de opção do autor.
- 148** A parte que sair totalmente vitoriosa no mérito da demanda não terá interesse em recorrer para pleitear tão-somente a majoração dos honorários advocatícios para 20%, em vez de 19% fixados pela sentença, tendo em vista o princípio da economia processual e da insignificância.

Quanto à execução, julgue os itens seguintes.

- 149** Nos embargos do devedor, o executado pode alegar a incompetência do juízo da execução, mas não do juízo que prolatou a sentença.
- 150** A execução movida pela fazenda pública tramitará na vara privativa da fazenda pública ou na justiça federal, conforme se trate de fazenda estadual ou federal, e seguirá o rito da execução para entrega de quantia certa previsto no Código de Processo Civil.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de **TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas efetivamente escritas será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Isaías, assistido por um defensor público, ajuizou ação de indenização por danos morais, em face da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), alegando, em síntese, que, no mês de julho próximo passado, recebeu em sua residência funcionário da demandada, solicitando a fatura dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003, pois constava em seu banco de dados que os aludidos meses estavam em mora. Alegou o requerente que, em face do não-pagamento, o funcionário da demandada entrou em sua residência, sem a sua autorização, e efetuou o corte no fornecimento de energia elétrica. Acrescentou que, mesmo após haver pago o débito, a requerida não tomou nenhuma providência, causando ao requerente aborrecimentos e transtornos, pelos quais pediu o ressarcimento por danos morais em quantia a ser determinada pelo juiz da causa. Pleiteou, finalmente, a inversão do ônus da prova, por ser hipossuficiente, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Diante da situação hipotética apresentada acima, elabore a contestação de forma ampla, dando correto tratamento jurídico aos temas indicados e abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ endereçamento da contestação ao juízo competente — prazo para apresentar a contestação;
- ▶ legitimação passiva;
- ▶ inversão do ônus da prova e aplicabilidade do CDC;
- ▶ necessidade da intervenção do Ministério Público;
- ▶ possibilidade de condenação sem que haja pedido certo por parte do autor;
- ▶ legalidade da interrupção do fornecimento de energia elétrica;
- ▶ dano moral;
- ▶ cabimento da condenação em honorários e custas, se a ação for julgada procedente;
- ▶ responsabilidade pessoal do funcionário;
- ▶ responsabilidade da empresa.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

